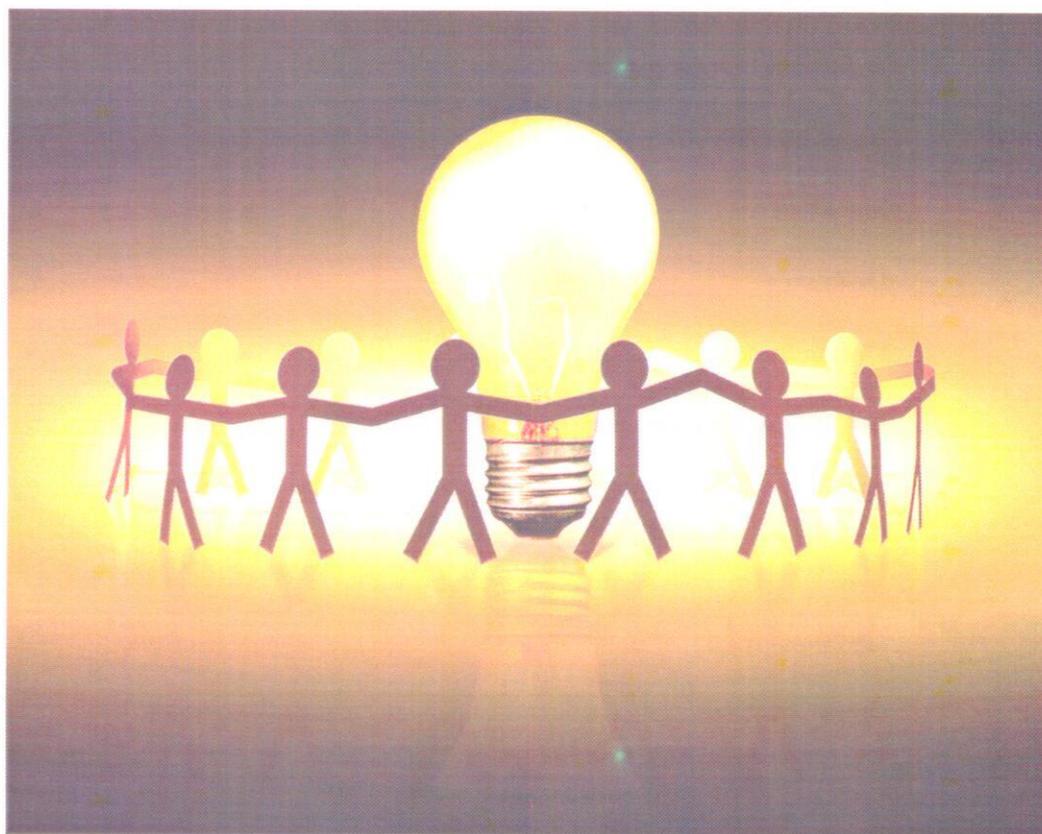




Escola Judiciária Eleitoral

Evandro Marques de Sousa



Plano de Conscientização Política 2016/2017

SUMÁRIO

Composição da Corte.....	3
Referencial estratégico	4
Apresentação.....	5
Finalidade.....	6
Diretrizes.....	7
Definições.....	8
Adequação do plano à estratégia institucional.....	8
Projetos.....	9
Repercussão financeira do plano sobre o custeio da União.....	12
Elaboração do Plano.....	13
Apoio Técnico.....	13

TRIBUNAL PLENO

Presidente

Desembargador **ROBERTO BARROS DOS SANTOS**

Vice-Presidente e Corregedora

Desembargadora **WALDIRENE OLIVEIRA DA CRUZ – LIMA CORDEIRO**

Juízes Membros

Juiz de Direito **CLOVES AUGUSTO ALVES CABRAL FERREIRA**

Juiz de Direito **RAIMUNDO NONATO DA COSTA MAIA**

Juiz Federal **GUILHERME MICHELAZZO BUENO**

Juiz Federal **NÁIBER PONTES DE ALMEIDA**

Advogado **JOSÉ TEIXEIRA PINTO**

Procurador Regional Eleitoral

Procurador da República **RICARDO ALEXANDRE SOUZA LAGOS**

COMPOSIÇÃO DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL

Diretor

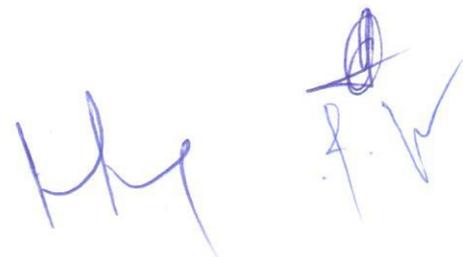
Juiz de Direito **CLOVES AUGUSTO ALVES CABRAL FERREIRA**

Vice-Diretor

Juiz de Direito **RAIMUNDO NONATO DA COSTA MAIA**

Secretária

DEBORAH KAREN CAVALCANTE COSTA



REFERENCIAL ESTRATÉGICO

Missão *(Para que existimos?)*

Realizar eleições, garantir o exercício da cidadania e solucionar os conflitos eleitorais.

Visão 2015 *(O que queremos?)*

Ser reconhecido pela sociedade e pelos servidores, até 2020, como uma justiça efetiva, célere e segura, que **combate a corrupção** por meio da prestação jurisdicional e da **conscientização política do eleitor**.

Valores institucionais *(Princípios norteadores)*

- **Aprendizagem:** desenvolver permanentemente conhecimentos e habilidades;
- **Celeridade:** entregar resultados com rapidez;
- **Comprometimento:** atuar com dedicação em suas atividades;
- **Efetividade:** atuar em busca dos melhores resultados;
- **Ética:** adotar comportamentos baseados em princípios morais;
- **Justiça:** atuar consoante a verdade e a lei;
- **Responsabilidade socioambiental:** preparar o cidadão para decidir sobre o destino do país e adotar políticas internas no sentido de preservar o meio ambiente para futuras gerações;
- **Transparência:** agir com clareza e garantir o acesso às informações.



APRESENTAÇÃO DO PLANO

A alteração de paradigmas de valores é a única maneira de evolução social positiva homogênea sem retrocesso.

A par da ideia maniqueísta de que os políticos são ruins e a sociedade é vítima da ação ou omissão de indivíduos, partidos e governos, constata-se que vícios e virtudes somente são encontrados nas pessoas, que são políticos e que, ao mesmo tempo, formam a sociedade. É dizer, políticos não são de Marte! São nossos iguais e espelham com absoluta fidelidade, embora com diferença em proporção, a seiva da sociedade.

Fazemos parte de um corpo social que é altamente ciente da gama de direitos pertinentes e dos caminhos necessários para a concretude ou restauração dos direitos. Nada obstante, esse mesmo corpo é pouco cômico da plêiade de deveres em correlação biunívoca com as prerrogativas adicionadas a cada indivíduo ou grupo de indivíduos.

Identificada uma das causas da enfermidade social brasileira, convém a cada ser social, seja ele físico, jurídico, individual ou coletivo, agir para, na medida de sua missão, influir na conscientização de cada um acerca da importância do exercício e da conceituação de cidadania.

Com este propósito, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre, propõe o presente plano bienal de conscientização política da sociedade, do candidato e do eleitor, como forma de alcançar sua missão de ser reconhecido como referência também neste aspecto pela sociedade.


Juiz Clóves Augusto Alves Cabral Ferreira
Diretor da EJE/AC

FINALIDADE

O cenário de crise que a cada dia se agiganta na nação brasileira, nutrido por recorrentes casos de corrupção envolvendo representantes políticos, tem impulsionado a sociedade a avaliar com maior responsabilidade sua postura no momento da escolha de seus representantes políticos, e a Escola Judiciária Eleitoral tem aqui relevante papel.

A educação transforma o caos em vida promissora. Dá luz à esperança.

Não basta apenas garantir o exercício do voto, indispensável que seja fruto de maturidade e responsabilidade social. Não basta, por isso, apenas números. É preciso se reconhecer como sujeito de direitos e de deveres em todos os espaços que se apresenta. Do contrário, caminharemos para o inevitável reconhecimento de uma democracia falaciosa.

E porque reconhecemos a relevância de nosso papel social enquanto instituição multiplicadora de cidadania, formadora de opinião, que defende o que é justo, ético e moral, queremos semear e também colher bons frutos.

Diante deste cenário, a finalidade desse Plano é atingir o objetivo estratégico de Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa previsto no Planejamento Estratégico 2015-2020 da Justiça Eleitoral do Acre.

DIRETRIZES

São diretrizes do Plano:

1. Participação da sociedade na consolidação dos conceitos de combate à corrupção e maturidade política;
2. Disponibilização de informações necessárias à sociedade no sentido de atuar ativamente no combate à corrupção;
3. Capacitação dos cidadãos que pretendam concorrer a cargos eletivos, a fim de combater a corrupção e a improbidade administrativa.
4. Especialização de magistrados da capital e do interior em Direito Eleitoral;
5. Priorização de localidades carentes e(ou) com grande fluxo de eleitores;
6. Priorização de ações de conscientização política em anos não eleitorais, em razão de maior disponibilidade de força de trabalho da Justiça Eleitoral para atuar externamente;
7. Atuação co-participativa: Secretaria do Tribunal e zonas eleitorais (e os órgãos conveniados);
8. Disponibilização de formulários de avaliação para os públicos alvos que participarem dos eventos de conscientização política, a fim de viabilizar a melhoria contínua;
9. Priorização de ações que habilitem o cidadão ao exercício do voto consciente em anos eleitorais;
10. Racionalização de recursos públicos para execução deste Plano em razão das limitações orçamentárias para o biênio 2016-2017.
11. Execução das atividades na capital e em municípios no interior do Estado, com o apoio dos respectivos cartórios eleitorais.

DEFINIÇÕES

Conscientização política: processo de desenvolvimento crítico da consciência política da sociedade.

Iniciativas de conscientização política: projetos que contribuam para o desenvolvimento da consciência política da sociedade.

Improbidade administrativa: atos praticados por qualquer agente público que importe em enriquecimento ilícito, lesão ao erário e(ou) atente contra os princípios da administração pública.

Corrupção: comportamento que visa obter vantagem por meios considerados ilegais ou ilícitos.

ADEQUAÇÃO DO PLANO À ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

O plano está em total consonância com a estratégia de atuação deste Tribunal, seja no que se refere às diretrizes gerais, como a missão institucional, seja com relação aos objetivos estratégicos, especialmente do que manifesta a intenção do órgão em contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa.

PROJETOS

Projetos a serem desenvolvidas em 2016 (ano eleitoral):

Id	Projeto	Descrição	Responsável	Data prevista
1	Palestra de formação de multiplicadores de cidadania	Consiste no oferecimento de palestras com conteúdo sobre Educação Política, com ênfase em mecanismos didáticos de multiplicação do conhecimento, as quais serão oferecidas para alunos e professores de ensino fundamental e médio, alunos universitários e cidadãos da terceira idade.	Secretário da EJE	Início em maio/2016
2	Fixação de conceitos de cidadania	Consiste na elaboração de material gráfico virtual, contendo as frases dos concursos de frases já realizados e também conceitos de conscientização política, com o objetivo de garantir acesso ao conhecimento sobre o assunto. A divulgação desse trabalho será feita com o uso de <i>banners</i> virtuais e mensagens nas redes sociais.	Secretário da EJE	Início em agosto/2016
3	Curso de aperfeiçoamento de Magistrados e servidores	Curso de formação continuada de Juízes Eleitorais e servidores, presencial, a ser realizado por profissional do meio jurídico nacional, com larga experiência nos temas que envolve o Direito Eleitoral.	Secretário da EJE	*Maio/2016
4	Palestra acerca da Representatividade e Sistema Eleitoral Brasileiro frente à última Reforma	Realizado de forma presencial, destina-se a Magistrados, servidores, pretensos candidatos, advogados, alunos e interessados, e tem como escopo esclarecer temas relevantes sobre os aspectos técnicos e legais que envolvem a sistemática de Representatividade Brasileira e as alterações e impactos trazidos pela minirreforma.	Secretário da EJE	*6 a 17 de junho/2016
5	Seminário de Direito Eleitoral	De forma presencial, com a participação de servidores da Secretaria (COCIN, SEJUD, CRE) e do Juiz e Promotor Eleitoral da Zona, para os servidores, pretensos candidatos e público interessado, a fim de tratar assuntos afetos a registro de candidatura, prestação de contas, propaganda eleitoral, crimes eleitorais, minirreforma, entre outros temas pertinentes às Eleições.	Secretário da EJE	Início em julho/2016

*Pendente de confirmação com palestrante.

Projetos a serem desenvolvidas em 2017 (Ano não eleitoral):

Id	Projeto	Descrição	Responsável	Data prevista
1	Palestra de formação de multiplicadores de cidadania	Consiste no oferecimento de palestras com conteúdo sobre Educação Política, com ênfase em mecanismos didáticos de multiplicação do conhecimento, as quais serão oferecidas para alunos e professores de ensino fundamental e médio, alunos universitários e cidadãos da terceira idade.	Secretário da EJE	Início em abril/2017
2	Fixação de conceitos de cidadania	Consiste na elaboração de material gráfico virtual, contendo as frases dos concursos de frases já realizados e também conceitos de conscientização política, com o objetivo de garantir acesso ao conhecimento sobre o assunto. A divulgação desse trabalho será feita com o uso de banners virtuais e mensagens nas redes sociais.	Secretário da EJE	Início em abril/2017
3	Curso de aperfeiçoamento e formação	Curso de formação continuada/aperfeiçoamento de Juízes Eleitorais e servidores, presencial, a ser realizado por profissional do meio jurídico nacional, com larga experiência nos temas que envolve o Direito Eleitoral.	Secretário da EJE	Início em junho/2017
4	Palestra de Direito Eleitoral e Processo Eleitoral	Realizado de forma presencial, destina-se a Magistrados, servidores, advogados, alunos e interessados, e tem como escopo esclarecer aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais das principais temáticas eleitorais, com enfoque nas questões constitucionais.	Secretário da EJE	*Junho/2017

*Pendente de confirmação com palestrante.

Metas por exercício

2016

- Promover ações de conscientização política para 1500 cidadãos (considerando todos os públicos-alvo).



- Oferecer curso de especialização para os magistrados titulares das zonas eleitorais, e servidores, que forem atuar nas Eleições de 2016.

2017

- Promover ações de conscientização política para 2500 cidadãos (considerando todos os públicos-alvo).
- Oferecer curso de formação/aperfeiçoamento para os magistrados e servidores.

1. Indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho destinam-se a medir a gestão sob os aspectos da eficácia, eficiência e efetividade. Monitorando-os, obtêm-se informações objetivas acerca dos resultados alcançados. Conseqüentemente, abrem-se espaços para realização de ajustes em outras iniciativas da espécie.

Ainda considerando o planejamento estratégico do órgão, estão sendo propostos os indicadores a seguir:

1.1. Índice de Desempenho Social - IDS

Objetivo: Incrementar, no âmbito da Justiça Eleitoral, inclusive por meio de parcerias, projetos e ações voltados para o plano social, cidadania e valores éticos.

Tipo: Eficácia. Indicador de Resultado.

Fórmula: Número de Pessoas Alcançadas (NPA) dividido pelo Total de Pessoas Previstas no Plano de Conscientização Político (TPP), multiplicado por 100.

Meta: Alcançar 100% do quantitativo estabelecido no Plano de Conscientização Político.

1.2. Percentual Capacitação de Magistrados – PCM

Objetivo: medir o quantitativo de magistrados alcançados com cursos de especialização em Direito Eleitoral.

Tipo: eficácia. Indicador de Resultado.

Fórmula: divide-se o total magistrados que receberam cursos de especialização em Direito Eleitoral pelo total de magistrados que irão atuar nas eleições de 2016 e multiplica-se o resultado por 100 (cem).

REPERCUSSÃO FINANCEIRA DO PLANO SOBRE O CUSTEIO DA UNIÃO

(art. 16, I, LC n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal).

A repercussão financeira corresponderá ao valor a ser despendido com as ações que este plano contemplar para cada exercício, envolvendo ações de capacitação e projetos próprios da Escola, os quais constarão da Proposta Orçamentária para o exercício correspondente.

Exercício de 2016:

R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

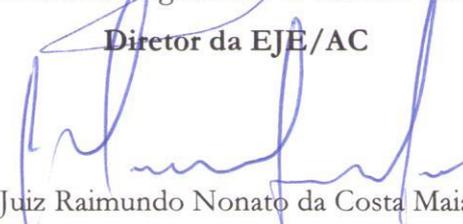
Exercício de 2017:

R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

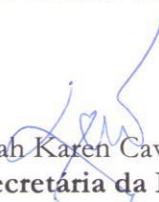
ELABORAÇÃO DO PLANO



Juiz Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Diretor da EJE/AC

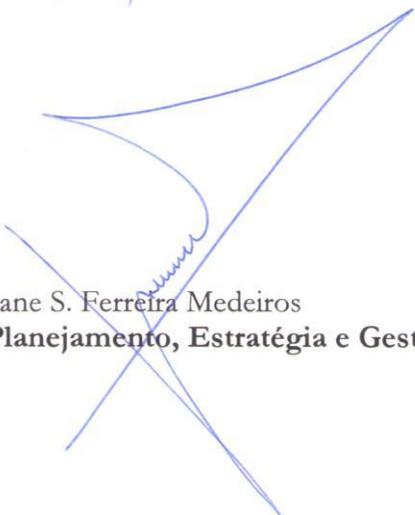


Juiz Raimundo Nonato da Costa Maia
Vice-Diretor da EJE/AC



Deborah Karen Cavalcante Costa
Secretária da EJE/AC

APOIO TÉCNICO



Luciane S. Ferreira Medeiros
Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão